



COMITESINOS

2ª Reunião Ordinária/2018

12 de abril de 2018

Local: Auditório E09 005 da UNISINOS, São Leopoldo / RS

Horário: 14h – 16h30

PAUTA:

- 1) Abertura
- 2) Aprovação da ata de mar/2018;
- 3) Apresentação de proposta inicial de reclassificação da condição de 'bacia especial' para a bacia do Rio dos Sinos, a partir da Nota Técnica 01/2018 DIOUT/DRH/SEMA;
- 4) Relato sobre o andamento do processo de renovação da composição do COMITESINOS – Gestão 2018-2010;
- 5) Assuntos gerais.

Entidades presentes

GRUPO I – USUÁRIOS DA ÁGUA – ABASTECIMENTO PÚBLICO: CORSAN, COMUSA e SEMAE; **ESGOTAMENTO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS:** CORSAN, SEMAE, COMUSA e Prefeitura de Esteio; **DRENAGEM:** ausente; **GERAÇÃO DE ENERGIA:** CEEE; **PRODUÇÃO RURAL:** Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha; **INDÚSTRIA:** SINPASUL e AICSul; **MINERAÇÃO:** Ass. dos Extratores Mineraiis Vale do Rio dos Sinos e Paranhana; **GRUPO II – REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO - LEGISLATIVO MUNICIPAL E ESTADUAL:** Câmara de Caraá, Câmara de Canoas e Câmara de Taquara; **ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS:** Inst. São Leopoldo 2024; **CLUBES DE SERVIÇOS:** Rotary Club São Leopoldo Leste; **INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** UNISINOS, ABRASINOS, EMATER/RS – ASCAR e IRGA; **ONGs AMBIENTALISTAS:** Movimento Roessler para Defesa Ambiental; **ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS:** ASAEC; **ORGANIZAÇÕES SINDICAIS:** ausente; **GRUPO III – REPRESENTANTES DE GOVERNO:** ausente; **ÓRGÃOS DO SISTEMA:** FEPAM; **OUTRAS PRESENCAS:** Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, Prefeitura de São Leopoldo, Prefeitura de Parobé, Prefeitura de Canoas, Prefeitura de Gramado, Prefeitura de Nova Santa Rita, Prefeitura de Sapiranga, Prefeitura de Rolante, Rotary Club, Defesa Civil de Esteio, Câmara de Novo Hamburgo, Câmara de Esteio, SEMAE, Movimento Roessler para Defesa Ambiental, Núcleo Araçá-Piranga, IRGA, Consórcio Pró-Sinos, Promotora Regional do Rio dos Sinos – MP/RS e comunidade.

Entidades ausentes sem justificativa

GRUPO I – USUÁRIOS DA ÁGUA – ABASTECIMENTO PÚBLICO: CORSAN; **ESGOTAMENTO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS:** CORSAN; **DRENAGEM:** Prefeitura de Portão e Prefeitura de Esteio; **GERAÇÃO DE ENERGIA:** CEEE; **PRODUÇÃO RURAL:** STR de Santo Antônio da Patrulha, STR de Caraá, STR de Taquara, STR de Rolante; **INDÚSTRIA:** ACI- NH/CB/EV, COOPERJA, SINDIQUIM, CICS/Portão; **MINERAÇÃO:** Ass. dos Extratores Mineraiis Vale do Rio dos Sinos e Paranhana; **GRUPO II – REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO - LEGISLATIVO MUNICIPAL E ESTADUAL:** Câmara de São Leopoldo, Câmara de Estância Velha e Câmara de Campo Bom; **ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS:** Ass. Cultural Marcelo Breuning, Grupo Escoteiro Peregrino; **CLUBES DE SERVIÇOS:** Rotary Club São Leopoldo Leste; **INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** UNISINOS; **ONGs AMBIENTALISTAS:** Projeto Mira Serra, Movimento Ambientalista da Região das Hortênsias – MARH, ASTEPAN, Grupo Ecológico de Rolante, UPAN; **ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS:** ABES/RS; **ORGANIZAÇÕES SINDICAIS:** SENGE/RS, SINPROCAN; **GRUPO III – REPRESENTANTES DE GOVERNO:** FZB/SEMA, Secretaria de Segurança; **ÓRGÃOS DO SISTEMA:** METROPLAN.

Entidades ausentes com justificativa

GRUPO I – USUÁRIOS DA ÁGUA – ESGOTAMENTO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS: Prefeitura de Portão; **PRODUÇÃO RURAL:** Assoc. Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha; **GRUPO II – REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO – ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS:** União das Assoc. de Bairros e Vilas de Campo Bom; **Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão:** FEEVALE e SENAI; **ORGANIZAÇÕES SINDICAIS:** SIMPO; **GRUPO III – REPRESENTANTES DE GOVERNO:** Secretaria da Saúde.

001 ATA Nº 02/18 - Reunião PLENÁRIA ORDINÁRIA

002 Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, a plenária do COMITESINOS se reuniu às quatorze

003 horas, no Auditório E09005 da Unisinos, município de São Leopoldo/RS, para realização da segunda reunião
004 ordinária do corrente ano. **1) Abertura:** O presidente do COMITESINOS, Adolfo Klein, deu as boas-vindas a todos
005 e apresentou a pauta. **2) Aprovação da ata da reunião plenária de dezembro/2017:** Adolfo lembrou que a
006 minuta da ata foi remetida por meio eletrônico a todos os membros com antecedência, sem manifestações
007 pedindo correções. Abriu espaço para manifestações e sem novas mudanças, a ata foi plenamente aprovada. **3)**
008 **Proposta inicial de reclassificação da condição de 'bacia especial' para a bacia do Rio dos Sinos, a partir**
009 **da Nota Técnica 01/2018 DIOUT/DRH/SEMA:** O diretor do Departamento de Recursos Hídricos – DRH/RS,
010 Fernando Meirelles, explicou que o processo de revisão da 'situação especial' está diretamente relacionado à
011 quantidade de água. Segundo ele, foi possível reavaliar as outorgas frente à atualização do balanço hídrico (este
012 já apresentado à plenária do Comitesinos em julho de 2017). Meirelles explicou que perder o status de 'bacia
013 especial' não é demérito, pelo contrário, pois significa que possíveis novos pedidos de outorga passarão a ser
014 analisados. Atualmente, respeitando a condição de 'bacia especial', o DRH/RS nega todos os pedidos de outorga
015 encaminhados por novos usuários. Referindo-se ao agrônomo da EMATER, Carlos Todeschini, que em entrevista
016 concedida ao blog "Bah!" afirmou que "na bacia do Rio dos Sinos somente quem tem dinheiro recebe outorga",
017 Meirelles reforçou o papel fundamental dos comitês de bacia. É dentro dos comitês que as decisões de gestão das
018 águas são tomadas. Na mesma condição da bacia do Rio dos Sinos, estão as bacias do Gravataí e do Santa
019 Maria. Percebe-se que, embora as metodologias de estimativas do balanço do Plano de Bacia, da Associação de
020 Arrozeiros e da modelagem tenham algumas diferenças, todas apontam para a insuficiência hídrica da sub-bacia
021 AS3 (Alto Sinos 3 – Arroio Caraá). No estudo dos Arrozeiros, a sub-bacia AS8 (Alto Sinos 8 – Rio da Ilha) também
022 aparece com déficit hídrico, principalmente causado pelo reflexo de estar situada a jusante da sub-bacia AS3. O
023 Baixo Sinos (de Sapiranga até a foz) também apresenta déficit em função das altas demandas dessa região (só o
024 consumo com abastecimento público chega a quase 40% da demanda total da bacia). Meirelles afirmou que a
025 aparente escassez pode ser suprida pelo remanso provocado pelas altas vazões do Jacuí (80 % das vazões que
026 chegam ao Delta), podendo chegar até próximo ao município de São Leopoldo. Resumindo, Meirelles reforça que
027 a proposta é de que novas outorgas passem a ser permitidas nas sub-bacias com superávit, por decisão do
028 DRH/RS, respeitando os critérios do Plano de Bacia e o balanço hídrico. Já nas sub-bacias com déficit, a decisão
029 será da plenária, e o DRH/RS apresentará o monitoramento. José Tronchoni, representante do IRGA na
030 categoria "Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão" do Comitesinos, relatou que sua entidade realizou
031 pesquisa técnica para dimensionar a real vazão necessária para a irrigação da lavoura de arroz, especificamente
032 na bacia (condições peculiares da região). Os estudos do IRGA comprovaram a viabilidade técnica de produção
033 de arroz com um volume de água entre 8.500 a 9.000m³/ha/100 dias, reduzindo os parâmetros bibliográficos
034 calculados em torno de 14.000m³/ha/100 dias. Tronchoni relatou que o setor contratou a revisão do balanço
035 hídrico. Os estudos demonstraram que haveria possibilidade de regularizar todos os irrigantes, a partir de um
036 rearranjo das outorgas concedidas e "vazões reservadas", desde que adotado coletivamente um único valor de
037 vazão acordado em 9m³/há/100 dias. Também foi demonstrado que havia situações de todas as ordens entre os
038 irrigantes, aqueles licenciados e outorgados, outros com início de processo de licença e outorga, e os que nada
039 dispunham. Em agosto de 2014 o DRH/SEMA e os produtores de arroz firmaram compromisso mediado pelo
040 Comitesinos e a Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS. Na ocasião foi acertada emissão de portaria coletiva
041 para outorga precária para a safra 2014/2015 e definidos prazos para apresentação das definições da categoria
042 acerca da acomodação das demandas para produção de acordo com as disponibilidades de água. Em junho/2015
043 o estudo foi entregue ao DRH/SEMA. Meirelles explicou que os volumes apresentados pelos diferentes estudos
044 divergem entre si, embora muito próximos. Mas todos consideraram a vazão média mensal. O DRH/RS utilizou a
045 vazão média diária, que é menor do que o dado mensal. Conforme aprovado pelo Comitesinos, a vazão de
046 referência para fins de outorga deve ser a Q_{90%}, e o máximo outorgável é de até 70% da Q_{90%}. Meirelles alerta que
047 podem ocorrer situações específicas em decorrência da regra operacional da transposição de água do Rio Caí,
048 pois a falta de monitoramento impossibilita a correta verificação de sua influência. O diretor reforça que as 2
049 hidrelétricas deferidas na região (Canastra e Laranjeiras) situam-se no Rio Paranhana e poderiam auxiliar na
050 quantificação das vazões transpostas do Sistema Salto-Bugres, na bacia do Caí. Há empreendedores privados
051 interessados em reativar Laranjeiras, conforme manifestações da prefeitura de Canela. Apenas a UHE Canastra
052 possui estações hidrométricas (são três), mas todas encontram-se fora de operação. A respeito disso, o DRH/RS
053 está em tratativas com a CEEE. Defendendo a revalidação da lógica atual adotada para fins de superação de
054 situações de escassez de água (acordo entre as categorias 'produção rural' e 'abastecimento público'), Meirelles
055 afirma que as medições das operadoras (COMUSA, SEMAE e CORSAN) já não atendem tal objetivo. Segundo
056 Meirelles, as mesmas providências que precisavam ser tomadas pelo DRH/RS lá em julho/2017, quando ele
057 esteve na plenária do Comitesinos, seguem pendentes: a) Adequação dos empreendedores das hidrelétricas à
058 Resolução ANA-ANEEL nº 03/2010 que "Estabelece condições e os procedimentos a serem observados pelos
059 concessionários e autorizados de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de
060 estações hidrométricas". b) Solicitação de acesso aos dados das estações fluviométricas do CEMADEN,
061 localizadas em Três Coroas e Igrejinha, ambas no Vale do Paranhana, e Rolante. c) Instalação de duas estações
062 em pontos estratégicos para controle das irrigações na unidade AS3. Após instalação, deverá ser elaborada uma
063 regra de operação em complemento à Resolução CRH nº 160. A região do Baixo Sinos continuará a ser
064 monitorada pela estação já existente em Campo Bom e pelas companhias de abastecimento. d) Renovação do
065 acordo entre irrigantes de operadoras de abastecimento público. e) Reavaliação das demandas dos demais
066 usuários e cadastro de todos usuários no SIOUT. Quanto ao monitoramento do volume de água, Meirelles
067 informou que há quatro estações de monitoramento de vazão/nível ativas: Campo Bom (1939) - telemétrica; Foz

068 do Paranhana (2014) – telemétrica; Caraá (2014) – telemétrica, Taquara (1996) – convencional (prestes a se
069 tornar inativa). A estação convencional de São Leopoldo (1973) está inativa. Adolfo, presidente do Comitesinos,
070 considerou que nem todos os presentes estão habituados aos conceitos da gestão de recursos hídricos e pediu
071 que Meirelles explique este ponto. Fernando elucidou que bacias especiais são aquelas com desequilíbrio entre
072 disponibilidades e demandas, considerando aspectos de qualidade e quantidade de água. Nas bacias especiais
073 ninguém entra (novas outorgas). Para alguém entrar precisa haver uma redução de consumo por novas técnicas
074 ou por saída de algum usuário. O coordenador da Promotora Regional Ambiental da Bacia do Rio dos Sinos –
075 MP/RS, Dr. Felipe Teixeira Neto, perguntou ao diretor Meirelles quem delibera sobre a condição especial.
076 Fernando respondeu que quem decide é o CRH/RS. Dr. Felipe apresentou seu interesse em entender qual a
077 motivação para a revisão neste momento, pelo DRH/RS, se não ocorreram mudanças significativas de qualidade
078 da água. Meirelles diz que o DRH/RS não tem interesse em fazer qualquer coisa que não seja ‘ter segurança na
079 gestão’. Quem licencia atividades que alteram as condições de qualidade é a FEPAM. Ao DRH/RS cabe apoiar o
080 trabalho do CRH/RS, emitir outorgas de acordo com as decisões dos comitês e fiscalizar. Como o DRH/RS emite
081 as outorgas em nome dos comitês, afirmou Meirelles, resolveram refinar os dados de quantidade para ter mais
082 segurança. Dr. Felipe reforçou que, se a qualidade deve ser ponderada para a retirada ou manutenção da
083 condição de ‘bacia especial’, o DRH precisa buscar estes dados. Para que a plenária possa ter o convencimento
084 seguro da decisão, é necessário que todos os dados sejam ponderados e apresentados. Meirelles afirma que para
085 ele tanto faz, que ele precisa da orientação do Comitesinos para poder trabalhar de acordo, e que o DRH/RS só
086 trabalha com questões quantitativas. Tronchoni expôs uma situação hipotética, em que o DRH/RS recebe um
087 pedido de outorga e o submete ao Comitê (que não tem corpo técnico para a análise), que solicita apoio da sua
088 CPA, que buscará dados do DRH e da FEPAM. Mas é muito complicado para o Comitê, pois os dados disponíveis
089 são precários. Sobre os efeitos do remanso do Guaíba sobre o Sinos, Tronchoni lembrou que seus efeitos são
090 evidentes pela análise da régua do SEMAE, em São Leopoldo. E que, desde muito tempo, a plenária do
091 Comitesinos detectou a necessidade de dados consistentes sobre isso, lembrando que o remanso se dá pelos
092 efeitos das chuvas e dos ventos, indo além do regime hídrico. Silvio Klein, representante da COMUSA na
093 categoria “Abastecimento Público” do Comitesinos, defendeu que parece muito clara a necessidade de dados
094 sobre qualidade e pediu que o representante da FEPAM se manifeste. Lembrou que a lei 10.350/1994 prevê um
095 relatório anual das condições de qualidade dos recursos hídricos. Silvio lembrou que no Plano de Bacia já estão
096 demandados, para os dois primeiros anos (já vencidos), estudos de alternativas para regularização de vazão e
097 afirmou que seria importante que o DRH/RS nos brindasse com a notícia da contratação de tais estudos. Por outro
098 lado, Silvio destacou que é preciso acompanhar o andamento dos processos de licenciamento através dos
099 municípios, pois teoricamente não poderiam estar sendo licenciados loteamentos. Questionou se está combinado
100 isso com as prefeituras, com a população que nasce. O DRH/RS tem bem colocado no papel, o Comitê tem bem
101 colocado no papel, mas o mundo real é diferente, e é necessário olhar isso com responsabilidade. Viviane Feijó,
102 representante do SEMAE na categoria “Abastecimento Público” do Comitesinos, perguntou sobre a confiabilidade
103 dos dados levantados, considerando que o próprio DRH/RS questiona a confiabilidade dos dados do Plano de
104 Bacia. Frente aos dados apresentados, Viviane observou que o volume de água no Baixo Sinos atende
105 exatamente às demandas outorgadas, mas que qualquer alteração à montante pode causar impactos negativos
106 pela diminuição da oferta. Por último, Viviane perguntou quais são os pedidos de outorga, novos ou de ampliação,
107 que o DRH/RS tem recebido. Meirelles respondeu que ele assumiu este cargo de diretor do DRH/RS,
108 temporariamente, mas que a escassez de dados lhe causa muito desconforto. Não há pressão de
109 empreendedores sobre a SEMA, inclusive os pedidos de outorga na bacia do Rio dos Sinos nem são aceitos. Este
110 modelo, calibrado pelo DRH/RS, responde bem até chegar ao Baixo Sinos, onde há influência do Jacuí, Caí,
111 Guaíba. Meirelles afirmou que o departamento trabalha a partir da deliberação da plenária, que estabelece a
112 vazão de referência e o percentual outorgável. Colocando em dúvida a capacidade de entendimento das decisões
113 que estavam sendo tomadas pelo Comitesinos, Meirelles sugere que se faça uma revisão. O diretor do DRH/RS
114 ainda responsabilizou os membros da plenária pela aprovação do Plano de Bacia, que agora serve de normativa
115 para as outorgas. Quando o comitê não decide, as decisões ficam todas para o Estado. Viviane Nabinger,
116 secretária executiva do COMITESINOS, resgatou que no Plano de Bacia há um programa denominado “Aumento
117 da Disponibilidade Hídrica”, no qual está prevista a ação de “Elaboração de estudo comparativo de alternativas de
118 intervenções de regularização de vazões e equilíbrio do balanço hídrico”. Viviane explicou que confrontou ambas
119 as peças: o material remetido e apresentado pelo DRH/RS e o descritivo da ação citada no Plano de Bacia.
120 Afirmou que confia nos dados do Plano de Bacia, elaborado sob a coordenação técnica do DRH/RS. A secretária
121 reforçou que desconhece intervenção que tenha sido feita na bacia do Rio dos Sinos, no sentido de aumentar a
122 disponibilidade de forma expressiva, nem mesmo após a última grande estiagem (2005). Tomar decisões desta
123 importância considerando dados inconsistentes da transposição ou do remanso é bastante perigoso. Sobre o
124 quesito qualidade, o Comitesinos não foi flexível sobre a prioritária necessidade de abatimento de carga, pelo
125 contrário. A prioridade da bacia do Rio dos Sinos, enfatizada no grande acordo que é o plano, é tratamento de
126 esgoto. O Comitesinos tem sido incansável em buscar informações sobre os investimentos feitos na bacia.
127 Estações de tratamento foram construídas, algumas em funcionamento e outras não, mas a qualidade da água
128 não sofreu alterações significativas. Concluindo, Viviane manifestou que não compreende a motivação para retirar
129 a classificação de ‘bacia especial’ sem ter havido aumento de disponibilidade ou melhoria de qualidade. Nos
130 últimos quinze dias, a bacia teve solução para dois problemas: inundações (através da construção de vários
131 diques), e agora qualidade (com a retirada da condição de ‘bacia espacial’). Viviane registrou sua surpresa em
132 perceber que modelagens e outros estudos têm sido apresentados, demonstrando que há melhorias de qualidade

133 e quantidade, mesmo que nada expressivo tenha sido executado para isso. Ressaltou que a forma como o
134 material acerca da reclassificação da bacia do Rio dos Sinos chegou ao Comitê sugere que a decisão já foi
135 tomada pelo DRH/RS. Tanto que o documento inicia dizendo “comunico que...”. Meirelles registrou sua
136 perplexidade com as colocações da secretária. Segundo ele, o estudo foi concluído em julho/2017. Afirmou que,
137 ‘historicamente os municípios da bacia retiram água do Rio Jacuí’, o que seria efeito do remanso. Em relação às
138 condições de qualidade, Meirelles solicitou ao representante da FEPAM no Comitesinos, Rafael Volquind, que
139 sejam apresentados os dados de monitoramento qualitativo à plenária. Meirelles relatou ainda que o DRH/RS
140 apresentou uma revisão à minuta de Termo de Referência elaborada pelo Comitesinos, para contratação de
141 estudo de alternativas para regularização de vazão. Segundo o diretor, a versão original demandava mais tempo e
142 maiores investimentos do Estado, sendo que o DRH/RS possui dados bastante atualizados. Sobre esta questão,
143 ele aguarda posição do Comitê desde janeiro/2018. Rafael Volquind informou que a FEPAM ficou desde meados
144 de 2013 até o ano de 2016 a dentro, sem a realização do monitoramento de qualidade da água. Problemas
145 administrativos, problemas estruturais fizeram com que o laboratório parasse seu funcionamento, interrompendo o
146 monitoramento feito desde a década de 1980 em dez pontos da bacia do Rio dos Sinos. A partir de 2016 o
147 trabalho foi retomado nos mesmos pontos, com resultados ainda não divulgados. Mas Rafael confirmou que pode
148 apresentar os dados à plenária, em data a ser combinada. Sobre a Outorga de Lançamento, Rafael explicou que
149 ela é emitida junto com o processo de Licenciamento Ambiental. Portanto, DRH e FEPAM analisam conjuntamente
150 cada caso. Há, no entanto, o licenciamento municipal, que também engloba algumas tipificações de
151 empreendimentos que necessitam de outorga. A FEPAM sabe o que está sendo lançado de efluentes, mas ainda
152 será necessário integrar aos dados dos empreendimentos licenciados pelos municípios, para ter noção exata do
153 que está sendo diluído. Adolfo reforçou a importância da discussão sobre a reclassificação, ou não, da bacia. **4)**
154 **Relato sobre o andamento do processo de renovação da composição do COMITESINOS – Gestão 2018-**
155 **2010:** Débora Cristina da Silva, secretária administrativa do COMITESINOS, lembrou que em setembro de 2017 a
156 plenária aprovou a “Deliberação CBHSINOS075/2017 – Do ritual para o Processo de Renovação da Composição
157 do COMITESINOS” que, a partir do Regimento Interno, deliberou sobre os prazos necessários a cada etapa. O
158 que oficializou a abertura do processo foi a publicação do edital pela SEMA, ocorrido em 28 de fevereiro. A partir
159 da publicação, iniciou o período de inscrições de entidades candidatas (até 12/04/2018); análise das inscrições
160 pela Comissão Eleitoral deverá ser feita até dia 23/04/2018 e, pelo CRH/RS até dia 30/04/2018. Em seguida,
161 ocorrerá a divulgação da lista de inscrições homologadas. No dia 10/05/2018 será realizada a assembleia de
162 eleição das entidades por categoria, e seu resultado será remetido ao CRH/RS pela Comissão Eleitoral. Até dia
163 15/05/2018 ocorrerá a chancela dos resultados pelo CRH/RS e as entidades eleitas terão até o dia 21/05/2018
164 para indicar seus respectivos representantes, que tomarão posse no dia 30/05/2018, quando também será
165 realizada a eleição da nova diretoria entre os membros empossados. Adolfo abriu espaço para esclarecimento de
166 possíveis dúvidas, não havendo manifestações, passou ao ponto seguinte da pauta. **5) Assuntos gerais: a)**
167 **Estudos METROPLAN:** Viviane falou sobre as informações disponíveis sobre a evolução dos “Estudos e Projetos
168 para a Minimização do Efeito das Cheias na Bacia do Rio dos Sinos”, coordenado pela METROPLAN. A secretária
169 relatou que em começo de abril foi realizada a primeira reunião do ano de 2018 com o grupo de acompanhamento
170 dos estudos (municípios, Comitesinos, Pro-Sinos, METROPLAN, empresas consultoras). Alguns cenários foram
171 apresentados como proposta, gerando preocupação de Viviane. A indicação, pelos estudos, de vários diques a
172 serem implantados na bacia, são temerárias. Lembrou das grandes dificuldades de manutenção do sistema de
173 diques já existente, construído pela União, que passou as atribuições de operação aos municípios. Débora
174 informou que no ofício de convocação da presente plenária foi remetido link de acesso aos resultados preliminares
175 dos estudos. Então os membros do Comitesinos poderão analisa-los. Viviane ressaltou que a METROPLAN se
176 comprometeu em apresentar os resultados à plenária e oportunidade próxima. **b) Manifestação de membro:**
177 Paulo Menezes, representante da CORSAN na categoria “Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos”, relatou que
178 foi comunicado de que para a gestão 2018-2020 do Comitesinos, ele será substituído por colegas. Então registrou
179 sua satisfação em ter feito parte da plenária, agradeceu a oportunidade. Adolfo valorizou a importante participação
180 de Paulo e agradeceu pelas contribuições. Por fim, o presidente manifestou a expectativa de que a CORSAN
181 saiba escolher um substituto à altura. Encerrados os temas previstos na pauta, o presidente agradeceu a
182 participação dos presentes. E, para constar, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo
183 Presidente, pela Secretária Executiva e por mim.

184
185 São Leopoldo, 12 de julho de 2018.
186
187
188
189

190 Débora da Silva
191 Sec. Administrativa

Viviane Nabinger
Sec. Executiva

Adolfo Klein
Presidente

192